



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

LARGO DO AROUCHE: UMA TRAMA DE DISPUTAS. LÓCUS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA E RESISTÊNCIA LGBTQIA+.

**Miguel da Cruz Mermejo** (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da ) - miguelmermejo@usp.br  
*Graduando na FAUUSP. Pesquisador bolsista FAPESP.*

**Paula Freire Santoro** (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da ) - paulasantoro@usp.br  
*Formada em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Mestre, doutora e docente pela mesma instituição.*

## Largo do Arouche: uma trama de disputas

*Lócus* de transformação urbana e resistência LGBTQIA+

### INTRODUÇÃO

Muito se estuda sobre territórios identitários, lidos majoritariamente pelos trabalhos nacionais no campo da antropologia e da geografia social. A discussão em torno de territórios delimitados por subjetividades partem das contribuições da Escola de Chicago, refletindo sobre o uso do termo “gueto”, alcançando contribuições contemporâneas, como a ideia de circuitos fluidos constituídos por códigos, performances e devires (PERLONGHER, 1987; PUCCINELLI, 2014). Este artigo, na perspectiva de um estudo urbano, pretende mostrar como um território LGBTQIA+ no centro de São Paulo constitui uma teia conflituosa de apropriação ao abrigar, concomitantemente, diversos usos do solo e classes sociais. Trata-se do Largo do Arouche, uma referência cultural tradicional da cidade de São Paulo. Formado a partir da expansão para o chamado “Centro Novo”, no fim do século 19, foi ocupado por classes médias e altas. Nos anos de 1940, sob remodelação, assumiu a imagem de um centro cosmopolita, integrando, ao menos desde 1950, o circuito de sociabilidade LGBTQIA+<sup>1</sup> da cidade (CAMPOS, 2002; PERLONGHER, 1987).

A saída das classes média e alta da área central para o vetor Sudoeste, a partir da década de 1970, colaborou para sua popularização, acompanhada por uma reorientação do comércio e serviços da região central (NAKANO et al., 2004). O Largo do Arouche passou a abrigar, concomitantemente, comércios e restaurantes tradicionais e espaços de sociabilidade LGBTQIA+ para diversas rendas e faixas etárias, cujo circuito popular envolve cinemas pornôs, cabines, saunas, bares, dinâmicas diurnas que gravitam de encontros de idosos a rolezinhos de jovens pretos e periféricos, principalmente aos finais de semana. Este caráter híbrido fez emergir uma trama de conflitos. As apropriações populares são tidas como indesejáveis por parte de alguns moradores e comerciantes. Seu caráter cosmopolita e central, o faz um espaço de sociabilidade mais diversa, de interesse metropolitano.

Por ser um território em disputa, os estudos sobre as formas de apropriação e intervenções sobre o Largo sintetizam as tensões em jogo. Sofreu, recentemente, intervenção do Estado financiada por empresas privadas estrangeiras. É *lócus* de produção imobiliária que mercantiliza o território identitário valendo-se de códigos do imaginário LGBTQIA+ para promover tipologias de moradia e de vida. E também, é ocupado pelo movimento identitário popular que busca reivindicar o direito de ali permanecer.

Este artigo pretende lançar luz sobre a recente proposta de reforma do Largo do Arouche anunciada na gestão municipal de João Dória (2017-abr.2018) e executada, parcialmente, na gestão de Bruno Covas (abr.

---

<sup>1</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer e questioning, intersex, assexuais e todas as diversas possibilidades de orientação sexual e/ou de identidade de gênero que existam.

2018-2020) inserida num conjunto de intervenções urbanísticas no centro da cidade, que incluem o Vale do Anhangabaú, o Parque Augusta e o Parque Minhocão, entre outras. O debate sobre o projeto para o Largo foi controverso, e durou cerca de quatro anos. Busca-se, a partir do estudo desta disputa, evidenciar que há uma lacuna nas práticas de planejamento urbano e instrumentos que mobilizam o pensamento e a gestão compartilhada sobre territórios identitários delimitados por subjetividades.

A partir da leitura de documentos públicos e das contribuições dos estudos antropológicos, a primeira seção deste artigo contextualiza o surgimento e a consolidação do Largo do Arouche enquanto centro de sociabilidade LGBTQIA+ popular em São Paulo. Evidencia o território identitário de resistência que se constituiu e que luta para ser reconhecido na cartografia oficial como um patrimônio imaterial.

Na segunda seção são expostos os antecedentes do atual projeto de reforma, evidenciando esta intervenção inserida em várias outras propostas no século, não permitindo uma leitura isolada; além de anunciar os bastidores políticos que precederam o anúncio deste debate. Na terceira seção, mergulha-se nos trâmites referentes ao atual projeto, partindo dos burburinhos de uma discussão que se iniciou nos veículos de comunicação sem antes passar pelos órgãos competentes, até alcançar os movimentos de resistência e processos legais envolvidos. O texto se encerra mobilizando uma reflexão em torno das fragilidades das práticas do planejamento urbano no que se refere às políticas públicas de reconhecimento e fomento de territórios identitários delimitados por subjetividades.

Refletir sobre os processos de disputa que se encerram no Largo do Arouche é de importância ao lançar luz a constituição de movimentos que lutam pelo direito à cidade e às subjetividades de um território, frente um desejo de troca de classe social por parte das intervenções fomentadas pelos comerciantes que tradicionalmente ocupam a região e também pelo Estado. Esse caso também é exemplar da luta e a ampliação do conceito de patrimônio, a fim de reconhecer a área como *locus* de diversidade identitária, com suas práticas, saberes e códigos próprios. O artigo permite, para além de subsídios a pesquisas sobre a territorialidade do Arouche, um diálogo entre estudos que se debruçam sobre territórios identitários LGBTQIA+. Esses parecem se interseccionar em uma complexa trama de disputas, gravitando de um desejo de transformação sócio-espacial, inserido na prática do planejamento urbano estratégico de caráter empresarial, a uma luta de resistência e reconhecimento de um território cuja memória está ligada a diversidade de identidades e de performances do imaginário LGBTQIA+.

## **LARGO DO AROUCHE: EPICENTRO DE SOCIABILIDADE LGBTQIA+**

Os territórios de sociabilidade LGBTQIA+, em São Paulo, têm seu embrião na área central, entre as décadas de 1920 e 1930, quando intersecciona com os núcleos de prostituição, conformando um “território marginal” (PERLONGHER, 1987; GREEN, 1999). Os corpos localizados às margens da sociedade, estigmatizados pela cultura e moralidade hegemônicas,

ali eram relegados, identificando-se e conformando entre si um território de sociabilidade (ibidem). A região envolve o Vale do Anhangabaú, o Largo do Paissandu, avança para a Praça da República, conformando “um grande T” pela confluência das avenidas Ipiranga e São João (PERLONGHER, 1987). Gravita pela Vila Buarque e, finalmente, expande-se para os Jardins. O entorno do Largo do Arouche manteve-se ao longo de todo este período até os dias de hoje enquanto um espaço candente do circuito e imaginário popular de sociabilidade LGBTQIA+ (SIMÕES e FRANÇA, 2005).



Imagem 1. Pontos focais iniciais de sociabilidade LGBTQIA+ na área central de São Paulo, produção própria (2021). 1- Vale do Anhangabaú, 2- Largo do Paissandu, 3- cruzamento das avenidas São João e Ipiranga, 4- Praça da República, 5- Largo do Arouche, 6- Vila Buarque, 7- Praça Dom José Gaspar.

Em 1953, com o fim da zona de prostituição segregada – definida, em 1940, pelo interventor Adhemar de Barros no Bom Retiro (FELDMAN, 1988) –, observou-se a diversificação dos territórios de prostituição, cuja delimitação era clara e se dava em conjunto com a estratificação social, constituindo dois territórios em função das classes econômicas: aquele destinado às classes média-alta, Boca do Luxo (Vila Buarque e Liberdade); e aquele destinado às classes mais populares, Boca do Lixo (Santa Ifigênia, Campos Elíseos e Brás) (idem, p.114). O Arouche correspondia a um ponto sensível ao encontrar-se entre as Bocas: "(...) o Largo do Arouche parece constituir uma espécie de ‘corredor polonês’, por onde se faz a passagem da primitiva Boca do Lixo à mais atual Boca do Luxo.” (PERLONGHER, 1987, p.90).

O golpe militar de 1964 não surtiu efeito imediato nestes núcleos de sociabilidade. Somente em 1969, após a instauração do AI-5, observou-se um grande momento de repressão, levando a ondas de deslocamentos dos núcleos de sociabilidade LGBTQIA+, ainda marcados pela cisão socioeconômica (idem, p.78). No mesmo período, o mercado imobiliário expandiu para o vetor Sudoeste da cidade, acompanhado pela expansão em novas manchas de sociabilidade LGBTQIA+ nos Jardins, com a abertura de casas noturnas. A expansão e diversificação deste vetor deu-se *pari passu* a promoção e reforço da imagem do homossexual enquanto moderno, consumidor sofisticado, hedonista e individualista, sintonizado com os imaginários cosmopolitas (SIMÕES e FRANÇA, 2005, p.329).

Apesar de um período de relativo esvaziamento no final dos anos 1980, a região emergiu enquanto uma mancha popular que manteve-se como “porção inexpugnável do circuito homossexual paulistano há várias décadas” (SIMÕES e FRANÇA, 2005, p.316). A manutenção do aspecto popular da região do Largo constitui um *locus* de resistência:

“O Largo do Arouche não é apenas mais um logradouro público paulistano; ele é um lugar que compõe a memória da experiência LGBTQIAPD+<sup>2</sup> na cidade de São Paulo, reunindo a um só tempo histórias de migrantes brasileiros e de sujeitos periféricos em busca de acolhimento, encontro e possibilidade de ser. Neste sentido, ele é patrimônio cultural ligado aos grupos sociais que lutam por direitos como a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero” (SCIFONI e BEUCLAIR, 2021, p. 71).

Assim, o Largo corresponde a um espaço candente. O Estado, tanto por meio de suas obras de intervenção urbana, quanto por meio da lacuna de instrumentos públicos de reconhecimento e fomento destes territórios identitários, vai de encontro ao movimento LGBTQIA+. Combatendo a invisibilidade, o movimento busca historicamente reivindicar seu direito de ali permanecer, usufruindo do espaço e mantendo viva a memória de sua apropriação. Perlongher destaca o período de 1979 pelo massivo movimento de expressão da diversidade identitária, seja pela expansão do circuito de sociabilidade, seja pela influência e maior visibilidade de artistas ativistas (PERLONGHER, 1987, p.86). O movimento de “*out of closets*”<sup>3</sup> possui o Largo como epicentro, local de encontro do grupo Somos-SP (Grupo de Afirmação Homossexual), coletivo pioneiro na articulação do movimento homossexual brasileiro (MHB) formado em 1978 (ibidem, p.90). Desde 2016 o Coletivo Arouchianos atua no território, visando garantir a visibilidade e a apropriação LGBTQIA+ na região, bem como proteger e auxiliar os que se encontram em extrema vulnerabilidade social e fomentar o reconhecimento do Largo como patrimônio imaterial LGBTQIA+ (SCIFONI e BEUCLAIR, 2021, p.74).

## PROMENADE PAULISTANA: ANTECEDENTES

A proposta de intervenção sobre o Largo do Arouche na gestão do Prefeito João Dória, em 2017, não pode ser lida isoladamente, é uma dentre

---

<sup>2</sup> P e D referem-se, respectivamente, à pansexual e demissexual.

<sup>3</sup> No sentido do indivíduo assumir sua identidade de gênero e de sexualidade.

várias desenvolvidas ao longo do século. Foi um dos projetos de reforma e requalificação de cunho higienista e europeizantes do início do século XX. Foi objeto de propostas de modernização e reestruturação de cunho rodoviarista em meados do século (CAMPOS, 2002). Nas últimas três décadas, esteve inserido no perímetro do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro) e da Operação Urbana (OU) Centro e hoje integra o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Setor Central, em debate na Câmara de Vereadores (PL nº 712/2020). A última reforma antes dessa ocorreu em 2013 (DIÓGENES, 2018). Segundo Alessandro Melchior<sup>4</sup>, coordenador de políticas LGBT da Prefeitura de São Paulo na gestão Fernando Haddad (2013-2016) “desde 2013 a Prefeitura de São Paulo, por meio da Coordenação de Políticas LGBT, têm desenvolvido ações de requalificação dessa região”.

Em agosto de 2014, foi instalado wi-fi livre no Largo e iniciado o projeto “WikiPraça”, integrado no Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). O projeto promoveu processos de criação coletiva para integrar o público local, coletivos, ativistas LGBTQIA+ e gestores culturais em debates, para repensar e ressignificar aquele local, a partir de problemas, mas também dos desejos daqueles que se apropriam do território (DALMOLIN, 2015). Enquanto frutos, além dos próprios encontros de debate, destacam-se a elaboração de um mapeamento afetivo, a construção de uma horta comunitária em um dos canteiros e a confecção de mobiliário, que já não se encontram no local.

A partir de 2015, o Largo passou a receber semanalmente uma das Unidades Móveis de Cidadania LGBTI, da Coordenação de Políticas para LGBTI da SMDHC, que oferece, de forma itinerante, diversos serviços de saúde e de assistência social, entre outros. Em 2016, houve a substituição da iluminação por novas luminárias de LED e instalação provisória de sete bandeiras LGBTQIA+, no Largo e na Avenida Vieira de Carvalho, em celebração ao Dia do Orgulho LGBTQIA+ (DIÓGENES, 2016).

Uma petição online<sup>5</sup> foi criada por Helcio Beuclair, fundador e ativista, integrante do coletivo Arouchianos, pedindo a manutenção das bandeiras, bem como a ampliação da instalação para mais vias, como Praça da República, Marquês de Itu, Arouche, Aurora, Vitória e Rego Freitas, enquanto “locais históricos para o movimento LGBT na cidade de São Paulo e para o Brasil”. Em resposta à petição<sup>6</sup>, Melchior informou o aceite do pedido. Contudo, a iniciativa não se efetivou, uma vez que, sob a promessa de serem substituídas por novas unidades de material mais resistente e expandidas de 7 para 25, as bandeiras foram retiradas três meses após a instalação e não retornaram ao local (CLAESEN, 2017).

Em setembro de 2016, o Largo foi tombado, na esfera municipal, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP)<sup>7</sup>. Em 2003, iniciou-se o estudo de tombamento em nível estadual, ainda não concluído, pelo Conselho

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.change.org>>. Acesso em 15/04/2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://chnq.it/vh8PnTQwcG>>. Acesso em: 14/04/2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.change.org>>. Acesso em 14/04/2021.

<sup>7</sup> Resolução nº 22/CONPRESP/16.

de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em conjunto com a Praça da República<sup>8</sup>. A abertura do estudo de tombamento pelo CONDEPHAAT deu-se em um momento onde o Mercado de Flores estava sob risco de demolição, frente a proposta de construção de um Telecentro acoplado à nova estrutura do Mercado, na gestão municipal de Marta Suplicy (2001-2004) (SP, fl. 409).

No início de 2017, já circulava a proposta de transformação do Arouche em um boulevard francês, na gestão de João Dória, à época recém eleito prefeito de São Paulo. O tucano propunha a reforma do Largo para torná-lo uma “*promenade paulistana*”<sup>9</sup>, cuja realização esperava que se desse por meio de doações e patrocínios de empresas francesas, sem o uso de verba pública por parte da Municipalidade. A escolha da França decorreu por alegações da presença de edifícios e códigos que remetem à presença francesa no Largo. Seriam o restaurante francês La Casserole, o Mercado de Flores e alguns edifícios, como a sede da Academia Paulista de Letras, projetada pelo arquiteto francês Jacques Pillon, e o prédio Arlinda, de autoria do alemão Franz Heep, que trabalhou cerca de 15 anos em Paris. Além do próprio traçado racionalista francês presente no paisagismo da intervenção do Prefeito Prestes Maia, na década de 1940, mas que se perdeu ao longo do tempo, “transformado pela força da natureza” (SP, fl. 256). Apesar desses elementos, é justamente o cenário transformado que se encontra presente no imaginário paulistano. Mais do que códigos franceses, cuja assimilação limita-se a um grupo restrito da sociedade, a ambiência do Largo é justamente reconhecida popularmente por seu caráter híbrido.

Em 15 de março de 2017, os planos do tucano foram anunciados em seu perfil nas redes sociais, indicando uma reunião em seu gabinete com empresários e o cônsul francês, à época, Briec Pont. A busca por arrecadação de verbas de empresas francesas para o desenvolvimento do projeto inseria-se numa política de “doações internacionais” que o então Prefeito João Dória adotou em tempos de arrecadação em queda (LORES, 2017). Empresas estrangeiras, suas câmaras de comércio, e os consulados, eram mobilizados para a arrecadação de verbas e serviços voltados para projetos específicos<sup>10</sup>.

O projeto de transformação do Arouche esteve inserido em um conjunto de discussões sobre intervenções urbanísticas na região central de São Paulo, incluindo triângulo histórico, Vale do Anhangabaú, Parque Augusta e Parque Minhocão, algumas planejadas pelos governos anteriores, com obras iniciadas na gestão de Dória e prolongadas na gestão de Covas. Essas propostas,

---

<sup>8</sup> PA nº 46643/2003.

<sup>9</sup> Passeio em francês.

<sup>10</sup> Na gestão de Marta Suplicy, a prefeitura de Milão patrocinou a reforma de uma fonte na praça Cidade de Milão, e um fundo de Genebra doou US\$ 65 mil para a criação do Restaurante-Escola, que forma cozinheiros, na Câmara Municipal. No governo de João Dória, além do Arouche, houve a proposta de um pacote orçado em R\$ 20 milhões para zeladoria e paisagismo em 19 pontes sobre os rios Tietê e Pinheiros à companhia Qatar Airways, e indicou-se que os portugueses teriam se oferecido a patrocinar uma nova iluminação do Teatro Municipal e a “adotar” a “praça” Portugal, canteiro de terra entre a avenida Brasil com a Rebouças (LORES, 2017).

anunciadas a princípio em 2017, ocorrerem justamente em um momento “que a vida noturna na área central refloresce” com a chegada de novos empreendimentos ligados à rede de consumo e do lazer, voltados para uma classe média e dita alternativa, como cafés, bares, restaurantes, galerias de arte, escritórios de arquitetura e design, alguns dos quais, hoje, encontram-se fechados, ou mudaram de endereço (RIBEIRO, 2019).

## RECUSA À *PETIT PARIS*: VERSÕES, EMBATES E RESISTÊNCIAS

O projeto de reforma apresentado nos primeiros encontros de Dória com empresários e o cônsul francês, ao longo de 2017, era de autoria do escritório de arquitetura franco-brasileiro Triptyque, elaborado sem cobrança de honorários, seguindo a lógica de doações, em apenas dois meses, dado o desejo de Dória que a reforma se desse rapidamente (LORES, 2017). Greg Bousquet, fundador do escritório, convidou para parceria o Estúdio Módulo, escritório que havia vencido um concurso de mobiliário convocado pela gestão do então prefeito Fernando Haddad (ibidem). O levantamento de dados da área sobre sua dinâmica e usuários, a fim de mapear suas demandas a serem atendidas pelo projeto, foi executado pelas empresas francesas Readymake e a ONG Instituto Cidade em Movimento, patrocinado pela PSA Peugeot Citroën (ibidem). Tal levantamento, elaborado em vinte dias (BERGAMO, 2018), baseou-se em entrevistas, sem apresentar dados quantitativos. O custo total da reforma era de R\$ 6 milhões, com previsão de conclusão em 2018 (FIGUEIREDO e FLAMINGO, 2017).

O projeto abrangia apenas duas das sete ilhas constituintes do Largo e previa: (i) a demolição do Mercado de Flores e sua substituição por uma estrutura mais leve e transparente com abertura para todas as faces do Largo eliminando as faces cegas hoje existentes (DIÓGENES, 2018; TRIPTYQUE, 2017<sup>11</sup>). Previa-se (ii) quatro novos quiosques instalados no canteiro ao norte, próximo a rotatória, abrigando usos específicos: base da Polícia Militar, banheiro público, “Centro da Comunidade LGBTQ+”, e administração da também prevista (iii) horta comunitária (ibidem). Outros novos equipamentos foram propostos, como (iv) palco, arquibancada e espaço kids, todos de concreto implantados sobre os canteiros, este último introduzindo novos desníveis ao solo, ao ser concebido em formato de “morros”.

O projeto também abarcava (v) nivelamento do piso do Largo à calçada que abriga o restaurante La Casserole, seguindo a lógica do “*traffic calming*”, para obter-se uma circulação de veículos controlada, com velocidade reduzida (ibidem). Propunha (vi) uma nova implantação das esculturas presentes e distribuídas pelo Largo em um único canteiro localizado a nordeste, próximo a Avenida Vieira de Carvalho, vindo a se intitular “jardim das esculturas”. Introduzia (vii) um bicicletário, (viii) um quiosque para um café, (ix) um “espaço pet” e propunha (x) um novo rearranjo das luminárias já presentes, além de introduzir novas unidades de LED (TRIPTYQUE, 2017).

---

<sup>11</sup> Powerpoint exposto nas primeiras reuniões de Dória com o Consulado e empresários franceses. Disponível em <<https://drive.google.com/file>>.

A divulgação da proposta de projeto pelas redes sociais de Dória e outros veículos de comunicação, mesmo antes do Termo de Cooperação entre as empresas francesas e a Prefeitura ser firmado, e do projeto ser analisado pelos órgãos competentes, gerou intenso burburinho. Uma moradora da Av. Vieira de Carvalho, Rosa Maria Vieira, residente há 44 anos, recorreu a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP), em junho de 2017, requerendo que fossem impedidas quaisquer modificações no Largo, sem observância das normas de defesa do patrimônio, dado o risco à preservação da área, ante as notícias de “revitalização” pela Prefeitura (SP, fls. 32-38). A promotora Teresa Franceschi instaurou, no dia 10 de julho de 2017, um Inquérito Civil<sup>12</sup> (IC) para apurar.

Em 29 de setembro de 2017, uma Audiência Pública sobre o projeto foi convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, fruto da solicitação dos movimentos sociais que utilizam o Largo. Tanto a Municipalidade, quanto representantes do escritório Triptyque não compareceram para prestar esclarecimentos (SP, fl. 210; ALBUQUERQUE et al., 2020). Ativistas, como Helcio Beclair, do Coletivo Arouchianos, e Douglas Valentiny, presidente do Consulado das Famílias LGBT, estiveram presentes. Temiam que, para além de não serem ouvidos, as novas dinâmicas de uso e ocupação da área estimulados pela reforma os expulsassem (MANSUIDO, 2017). Uma representante da ONG Instituto Cidade em Movimento afirmou que a comunidade não estava sendo consultada devidamente (ibidem). A Prefeitura declarou que realizou audiências públicas<sup>13</sup> e apresentou propostas projetuais (como o ponto de atendimento para a comunidade LGBTQIA+ previsto na reforma), havendo um processo de diálogo (BERGAMO, 2018).

Segundo entrevista de Elvis Justino, da Família LGBT Stronger, ao trabalho “Arouche: Vidas e lutas do Largo mais diverso de São Paulo”, houve um encontro entre o movimento e o cônsul-geral da França em São Paulo para debaterem a proposta de reforma (ALBUQUERQUE et al., 2020). Segundo Justino, o movimento solicitou que houvesse um banheiro (inexistente no Largo), e um coreto, para que pudessem fazer suas apresentações (idem). As demandas foram atendidas pelo projeto. Neste primeiro momento, segundo Justino, o movimento observou propostas de melhorias no Largo, tendo como preocupação principal a possibilidade de o Arouche ser fechado (ibidem):

“Todas as nossas reivindicações o cônsul escutou, então, a partir do momento em que existe esse diálogo, a gente tem que saber dar um passo para trás, sentar na mesa e saber conversar. Não é só o que a gente quer. Existem vários interesses e você tem que saber conversar para saber onde você vai perder e onde você vai ganhar. Para nós o ganhar foi ficar aberto e ter banheiro” (ibidem).

O posicionamento de Briec Pont, à época cônsul-geral da França, ao Guia Gay São Paulo, reforça a mensagem de Stronger:

“Eu não posso imaginar que pessoas pensem que meu país se associaria a uma iniciativa de exclusão, a uma abordagem homofóbica.

<sup>12</sup> Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. Nº MP: 14.0482.0000323/2017-0.

<sup>13</sup> A única audiência pública que ocorreu foi a convocada pela CMSP em 2017. Entre 2017 e 2018 houve apenas três encontros intitulados como “mesa redonda” e “dinâmica participativa” ligados direta ou indiretamente à atuação da Prefeitura e das instituições envolvidas no projeto.

Ainda mais no que diz respeito a quem frequenta a praça, que são mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico. Queremos ajudar a reformar, mas preservando a identidade LGBT do local. (...) Eu fui lá várias vezes falar com os frequentadores, conversas informais. E vi que havia um medo. (...) Passei a entender que a praça, para muitos é, na verdade, um refúgio, lugar de segurança para serem quem são. (...) E eles falaram que não eram os gays chiques dos Jardins, são da periferia. (...) Houve empresas que saíram da proposta, ficaram um pouco preocupadas pela polêmica, que é estéril. Porque somos um país com profundo respeito à diversidade. E empresas não querem estar ligadas a uma controvérsia que, para nós, não faz sentido” (TRINDADE, 2017).

Em entrevista, Beuclair afirmou que “é ilusão pensarmos que existe um canal aberto de diálogo da elite econômica com os mais pobres”, e explica que o coletivo não era contra uma reforma no Arouche em si, temiam, na realidade, a possível gentrificação decorrente dela: “o problema é o projeto político e publicitário ao qual está embutido nessa reforma arquitetônica” (ALBUQUERQUE, et al., 2020). O ativista revela ainda que ao anunciar o projeto enquanto “revitalização”, o grupo já não se sentiu confortável com a reforma: “mexeu muito com a gente, porque revitalizar significa dar vida ao lugar que não tem vida. E o lugar tem muita vida. Na nossa opinião, essa é uma visão higienista e gentrificante” (ibidem).

Ainda em 2017, a Frente de Proteção da Diversidade e Pela Reforma do Arouche (FPDAR) fora criada, com dezenas de coletivos, mandatos e lideranças de movimentos sociais de todo espectro político<sup>14</sup>. Lançou seu abaixo-assinado em favor de um projeto que contemplasse a memória e o uso LGBTQIA+ do Largo, principalmente daquela população mais vulnerável, como as trans e travestis negras, pobres e periféricas que encontram ali um local de resistência, identidade e segurança (ARCHDAILY BRASIL, 17/09/2019<sup>15</sup>; GAY BLOG BR, 2019<sup>16</sup>). Intitulado de “Frente pela proteção da diversidade e melhoria da região do Largo do Arouche”, o manifesto contou com promoção física composta por uma série de debates, oficinas e atos promovidos pelos coletivos e entidades integrantes da FPDAR, ao longo do dia 3 de dezembro de 2017 no Largo.

O funcionamento da FPDAR buscava tecer um mapeamento que de fato abrangesse o Arouche em sua totalidade, com todos os agentes, usos e dinâmicas que compõem seu caráter híbrido, em detrimento da leitura tecida pelas empresas francesas. A articulação do grupo não se estendeu ao longo dos anos, pois alguns membros acabaram se desvinculando do movimento devido a divergências internas (ALBUQUERQUE et al., 2020). Para alguns,

---

<sup>14</sup> Coletivo Arouchianos, ViêsArquitetônico, Br Cidades, Baixo Centro, REPEP/USP, Instituto Pólis, Consulado Das Famílias LGBT, Eduardo Suplicy (PT), Sâmia Bomfim (PSOL), Juliana Cardoso (PT), Patrícia Bezerra (PSDB), Toninho Vespoli (PSOL), ABGLT, Aliança Nacional LGBTI, Guia Gay São Paulo, Instituto Aphroditte, ArtGay, ANTRA, FONATRANS, IBRAT, Levante Popular, Moradores Pela Diversidade, Comerciantes Pela Diversidade, Profissionais Pela Diversidade, estudantes e professores FAU Mackenzie.

<sup>15</sup> Audiência Pública: Como consolidar o Arouche como território LGBT+. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br>>. Acesso em 12/04/2021.

<sup>16</sup> Coletivo LGBT+ e Eduardo Suplicy articularão o futuro do Largo do Arouche em prol da diversidade. Disponível em: <<https://gay.blog.br>>. Acesso em 12/04/2021.

não havia concordância “que o movimento fosse horizontal”, no entanto, vários argumentam que a vinda da pandemia também contribuiu para desmobilizar a organização (ibidem).

Somente em 22 de janeiro de 2018, um ano após debates, mobilizações e ações entre os diversos agentes envolvidos em torno do projeto de reforma, o Termo de Cooperação fora firmado<sup>17</sup> entre a Secretaria Municipal de Serviços e Obras representando a Prefeitura do Município de São Paulo, a Prefeitura Regional da Sé, e a Associação Viva o Centro. A vigência da Cooperação era de três anos, durante os quais eram previstas não só as obras de reforma, mas também, após suas conclusões, os serviços de manutenção e zeladoria por alguma empresa francesa a ser posteriormente indicada, firmando um novo Termo de Cooperação com o Município (SP, fl. 306).

A Associação comprometia-se a implantar e executar o projeto através de parcerias com empresas francesas que contribuiriam com doações de valores, bens e serviços para a viabilização do projeto (SP, fls. 305 e 308). A Associação foi criada na década de 1990 como um canal de interlocução entre empresários e o poder público promovendo projetos para a “revitalização” do Centro e retorno das classes médias à área (SANT’ANNA, 2017).

A participação da Municipalidade daria-se por meio da Subprefeitura da Sé, fiscalizando a execução dos serviços propostos e auxiliando a Associação, bem como as empresas parceiras,

“(…) tanto na via administrativa quanto judicial, nos entendimentos necessários junto aos demais órgãos públicos envolvidos, às associações de moradores/frequentadores do local, à terceiros interessados (por exemplo, às concessionárias de serviços públicos e comerciantes locais), à mídia e à população de uma forma geral, visando a implementação da cooperação e a conclusão do projeto” (SP, fl.309).

Observa-se, nesse movimento de pactuação do Termo, uma movimentação da Prefeitura de grande magnitude que antecede o envolvimento e o manifesto dos órgãos patrimoniais, o que gera, sobre estes, uma forte pressão no processo de análise e decisão de aprovação do projeto. Duas semanas após a assinatura do Termo, em 5 de fevereiro de 2018, o CONPRESP, em votação unânime, aprovou a execução da obra, acolhendo e endossando o parecer técnico do DPH favorável, com diretrizes, emitido pelo arquiteto Valdir Arruda (ibidem, fls. 567-573). O projeto protocolado possui algumas mudanças em relação ao apresentado no início de 2017. O memorial descritivo protocolado no processo de análise indicava (SP, fls.535-541):

1. instalação de quatro quiosques de estrutura metálica destinados a Polícia Militar, Comunidade LGBT, Administração da Horta e sanitário PNE;
2. remoção cuidadosa:
  - a. das guias de granito do entorno do Largo realocado-as, após o nivelamento dos passeios e criação dos boulevards;

---

<sup>17</sup> Termo de Cooperação nº01/SMSO/2018. Decreto Municipal nº 40.384, de 03 de abril de 2001; Decreto Municipal nº 52.062, de 30 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006; e conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 2017-0.167.011-5.

- b. de pedestais de granito não mais utilizados para acomodação de bustos; de pedestais de granito com bustos para relocação em nova área, o “jardim das esculturas”, com proteção e manutenção das estátuas existentes no Largo e junto ao Mercado de Flores;
  - c. de luminárias de ferro datadas do século XX para o alinhamento das mesmas junto aos boulevards, prezando por seus locais originais de implantação havendo adequação de locação apenas em casos necessários para atender o alinhamento;
3. manutenção da área verde existente a ser preservada com inclusão de uma horta comunitária a ser administrada pela “comunidade do arouche”;
  4. instalação de novos mobiliários e equipamentos urbanos:
    - a. bancos e lixeiras em concreto;
    - b. paraciclo em aço galvanizado;
    - c. espaço kids - relevo em concreto em forma de “morros” com acabamento em piso emborrachado;
    - d. palco e arquibancada de concreto;
    - e. *traffic calming* - via restrita e em nível com o passeio de pedestres delimitada por balizadores em concreto revestidos de aço galvanizado para passagem controlada de automóveis;
    - f. instalação de novas luminárias de LED alinhadas com as luminárias históricas de ferro.

Elementos presentes na apresentação de 2017, como as novas instalações do Mercado de Flores e da banca, bem como a instalação para o funcionamento de um café, não foram abarcados pelo projeto protocolado. Quanto ao Mercado de Flores, um ano após a aprovação do CONPRES P, em janeiro de 2019, a Coordenação de Projetos e Obras da Subprefeitura da Sé esclareceu que o mercado será somente objeto de projeto, a ser entregue posteriormente, sem data prevista de execução (SP, fl. 613). Sem questionar a real inclusão ou não do Mercado de Flores na proposta de reforma, elemento de centralidade simbólica, histórica e material no Largo, os conselheiros do CONPRES P aprovaram rapidamente, em apenas duas semanas, o projeto. Somente um ano após a aprovação do projeto é que tal dúvida de fato foi sanada.

No dia da votação no CONDEPHAAT, 5 de março de 2018, houve o pedido de manifestação do Coletivo LGBTQIA+ Arouchianos, em que Helcio Beuclair expôs a discordância da comunidade com o projeto apresentado, alegando falta de discussão sobre a intervenção no território (ibidem, fl. 790). Solicitou que o CONDEPHAAT realizasse uma Audiência Pública em momento anterior à deliberação e, posto em pauta tal pedido, foi votado favoravelmente por maioria dos presentes (ibidem). O Secretário da Coordenação das Subprefeituras à época, Marcos Penido, protocolou ofício endereçado à presidência do CONDEPHAAT alegando que, ao promover tal Audiência Pública no licenciamento de uma intervenção autorizada pelo executivo municipal e, indiretamente, promovida pela Prefeitura, o CONDEPHAAT estaria extrapolando suas atribuições, solicitando, assim, seu cancelamento (ibidem, fl. 791). Com relatoria favorável da conselheira Valéria Rossi, à época

representante da Secretaria da Cultura do Estado, posto em votação, o ofício obteve maioria dos votos e a Audiência foi cancelada (ibidem).

Um mês depois, em 16 de abril de 2018, o CONDEPHAAT aprovou a obra, desconsiderando o parecer desfavorável emitido em 28 de janeiro de 2018 pelo arquiteto José Antonio Zagato, com colaboração da arquiteta Silvia Wolff, ambos técnicos do Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI) da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (UPPH), braço técnico e executivo do CONDEPHAAT. Reiterado pelo arquiteto diretor da UPPH, Elizeu Marcos Franco, o parecer técnico amplamente fundamentado em conhecimento especializado indicava as fragilidades do projeto, identificando sérios problemas “seja de concepção, justificativa, partido de projeto ou mesmo representação gráfica” (ibidem, fl. 237). A relatoria destacava o fato de o projeto tratar o Largo de modo fragmentado, ao abarcar apenas duas de suas sete ilhas constituintes<sup>18</sup>. Desse modo, o projeto resultaria, materialmente e plasticamente, em dois largos, com características físicas e ambientais distintas entre si, “interferindo em sua leitura e percepção como espaço público histórica e urbanisticamente unitário” (ibidem, fl. 243-244).

Lançou luz à incongruência entre os dados aferidos pelo levantamento realizado pelas empresas francesas e as soluções projetadas. O diagnóstico indicava questões que mais se relacionavam a políticas sociais e deficiências nos serviços de manutenção do espaço por parte do Poder Público, do que a problemáticas referentes a suas características urbanístico-espaciais a serem alteradas (ibidem, fls. 244-245). A exemplo, as quatro principais respostas dos usuários para o questionamento do que menos gostavam no Largo indicavam questões relacionadas à zeladoria, como sujeira e abandono (25% das respostas), e relacionadas a políticas sociais, como o aumento de usuários de droga (20%), aumento de pessoas em situação de rua (11%) e a polaridade frente a diversidade de usuários do Largo, como a presença do público LGBTQIA+ (11%) (ibidem). A incongruência entre o levantado e o projetado também se notou nos aspectos positivos apontados pelos entrevistados. Embora os entrevistados tenham indicado a vegetação como um dos valores que mais apreciam na área, os equipamentos urbanos propostos são alocados não nas novas áreas livres criadas, mas justamente sobre os canteiros ajardinados que, pela regulação vigente, devem ser preservados (SP, fl.245).

Resumidamente, observou-se como prejuízos do projeto que já seriam suficientes para barrar a obra (ibidem, fls. 261-262):

(i) fragmentação do Largo em dois setores, não considerando sua totalidade;

(ii) descaracterização dos canteiros ajardinados (ao invés de sua reconstituição), por meio da construção de estruturas em concreto e metálicas

---

<sup>18</sup> Identificação no sentido norte-sul: **1.** Ilha da rotatória - não abarcada pelo projeto; **2.** Canteiro central do eixo da avenida Vieira de Carvalho - não abarcado pelo projeto; **3.** Ilha central retangular do Largo com o Mercado das Flores - abarcado pelo projeto; **4.** Ilha central triangular com a banca - abarcada pelo projeto; **5.** Ilha defronte à Rua do Arouche - não abarcada pelo projeto; **6.** Ilha ao final da Rua Rego Freitas - não abarcada pelo projeto; **7.** Ilha da avenida Duque de Caxias - não abarcada pelo projeto (SP, fl. 243).

nas áreas permeáveis ajardinadas, atribuindo uma multiplicidade de novos usos que, ao invés de valorizar o espaço, potencialmente iria degradá-lo pelo excesso de atividades e ocupações simultâneas, bem como comprometer a massa arbórea e a vegetação rasteira ao reduzir a permeabilidade do solo;

(iii) alteração da percepção e ambiência do Largo, por meio de novas obstruções visuais não justificáveis, geradas pela alocação de instalações permanentes sobre os canteiros (quiosques, palco, arquibancada e espaço kids);

(iv) introdução de novos usos por meio de equipamentos permanentes que são questionáveis em sua concepção, justificativa e partido.

Para além das fragilidades projetuais, Zagato e Wolf também lançaram luz sobre a atuação da Administração Pública. Ao longo de todo o processo de elaboração do projeto, a Prefeitura optou por não envolver o órgão estadual ETGC (Escritório Técnico de Gestão Compartilhada) (SP, fl. 260). É importante pontuar que o ETGC, criado em 2013 pelo convênio firmado entre os três níveis de governo (DPH e Conpresp; UPPH e Condephaat; Iphan-SP), fora estruturado justamente, dentre outras diretrizes, para promover a interlocução interinstitucional, a fim de evitar que projetos sejam protocolados já de forma finalizada numa instância, quando esta poderá identificar sérias ressalvas, como é o caso do projeto aqui em análise (ibidem, fls. 259-260).

As inadequações observadas na proposta poderiam ter sido evitadas e sanadas durante seu processo de elaboração com o acionamento devido e esperado do ETGC. A negligência da Prefeitura ao não envolver o ETGC, para além do já exposto, gerou pressão indevida “com o ‘desejo’ de que sua análise fosse realizada em poucos dias” pela UPPH, tendo em vista sua aprovação já emitida por outro órgão, o CONPRESP, em 05 de fevereiro de 2018, como já exposto (ibidem, fls. 260-261). Segundo Sarah Feldman, à época representante conselheira do IAB-SP no CONDEPHAAT, “fica evidente nessa reconstituição dos encaminhamentos do processo, que as várias possibilidades de interlocução e a disponibilidade da área técnica do CONDEPHAAT para atendimento aos interessados não foram consideradas durante a elaboração do projeto” (ibidem, fl. 270).

Os técnicos evidenciaram ainda como a Administração Pública, com poder regulatório e propositivo, encontra-se diante de um desafio, no que tange a requalificação e preservação de espaços públicos, dada às diversas demandas colocadas por diferentes atores, cada qual com suas próprias soluções. O Estado deve ponderar o valor de coletividade difusa do espaço público, enquanto um espaço de todos, não promovendo o “retalhamento” ou o “compartimento” destes a fim de atendê-las (ibidem, fl.258). Nesse sentido,

“O papel do Poder Público, diante deste tipo de desafio, não deve ser, a nosso ver, de atendimento irrefletido à ocupação do espaço público por ser este um território de ‘custo zero’. Esse tipo de postura, de interferências descaracterizadoras para atendimento a demandas pontuais, é parte de uma nociva tradição paulistana: historicamente, dezenas de espaços públicos foram retalhados, fragmentados, ocupados descaracterizados e/ou destruídos sob demanda de um setor da população, para atendimento de demandas que, embora

legítimas, ao serem levadas ao extremo, resultaram na perda irreversível das qualidades desses espaços públicos” (ibidem).

Mesmo fortemente detalhado, posto em votação, tal parecer técnico foi desconsiderado, em contrapartida a aprovação do parecer a favor da obra da conselheira relatora do caso Matilde da Costa (ibidem, fl. 398). Matilde revelou sua aprovação do projeto alegando considerar o “caráter de interesse público” que, em sua visão, não comprometeria o processo de tombamento e salvaguarda sendo mais “um benefício para os usuários do local que passarão a contar com espaços diversificados de interesse pela comunidade” (ibidem, fl. 277).

A relatora, em detrimento do aprofundado levantamento técnico de Zagato e Wolf, afirmou que “quanto às questões técnicas apontadas, acredito que os pareceres devem excluir de sua análise teses relativas a escolhas de partido de projetos, já que estão compreendidas dentro da criação intelectual e protegidas pelo direito autoral” (ibidem, fl. 277). Afirmou, sem apresentar qualquer prova documental, que existia “o compromisso da Prefeitura na continuidade do projeto em uma segunda fase”, abarcando as demais ilhas excluídas pela reforma, evitando a segmentação do Largo (ibidem). Contudo, à época, não constava nenhuma planta ou memorial que de fato indicasse tal suposta segunda fase (ibidem, fl. 273).

O projeto foi aprovado pelo CONDEPHAAT em 16 de abril de 2018 com 15 votos favoráveis, 7 contra e 2 abstenções (ibidem, fl. 398). A postura de desconsideração em tais decisões de pareceres técnicos e de relatoria amplamente fundamentos em conhecimento especializado, bem como a aceleração de discussões que deveriam ser aprofundadas, mas que são levadas a votação sem um debate adequado revelam não só os interesses políticos em jogo, mas as fragilidades presentes no poder regulatório do Estado, tendo em vista a saída de técnicos qualificados diante tal cenário.

Os trâmites de análise seguiram ocorrendo em nível municipal. O arquiteto Arruda, técnico do DPH, oito meses após a votação de aprovação do conselho, emitiu seu segundo parecer indicando que a diretriz de detalhamento dos equipamentos e mobiliários não foi devidamente cumprida pelo escritório Triptyque. Assim, somado ao teor do IC que já acompanhava o caso, para dar continuidade ao processo, o escritório deveria atender totalmente a diretriz imposta sendo necessário um comunique-se, intencionalmente evitado até então (ibidem, fls. 565 e 607).

Somente em janeiro de 2019 o interessado anexou ao procedimento os documentos (ibidem, fl. 201). Arruda emitiu seu terceiro parecer, em março de 2019, em um novo tom, ao identificar que os equipamentos urbanos propostos (palco, arquibancada e espaço kids) iriam alterar sensivelmente o desenho e a permeabilidade do solo dos canteiros do Largo, consolidados e tombados pelo CONPRESP. Assim, a relatoria colocou-se contrária à instalação destes equipamentos.

Em entrevista a Veja, em março de 2019, Greg Bousquet, revelou que, diante do cenário de incertezas e baixo arrecadamento de verbas, era possível que as obras não fossem realizadas em sua totalidade (PRADO, 2019). Em

comunicados, o presidente da Associação Viva o Centro, Milton Luiz de Melo Santos, informou que o projeto foi segmentado em três fases distintas, “cujas execuções estão diretamente atreladas ao montante de recursos recebidos em doação” (SP, fl. 633), e cujas propostas excluíram as ressalvas indicadas pelos órgãos CONPRESP e CONDEPHAAT referentes aos equipamentos urbanos, sendo o mobiliário identificado como “objeto de projeto executivo futuro” (ibidem, fl. 707-708).

Indicou que as obras seriam iniciadas já sendo estabelecido que a horta comunitária não seria executada, nem o quiosques de apoio, a alteração do Mercado de Flores, o palco, a arquibancada e o espaço kids, “mas que, caso a PMSP no futuro entenda por realizá-las e os Conselhos aprovem, haverá o projeto executivo para tanto” (ibidem). O projeto assim foi segmentado (ibidem, p.633):

**“1ª fase: Praça e passeios de pedestres - execução prevista.**

Trabalhos de demolição, drenagem e pavimentação.

**2ª fase: Calçada (união das calçadas fronteiriças à Academia Paulista de Letras com a criação do *traffic calm*) - execução prevista.**

Trabalhos de demolição, drenagem e pavimentação nivelada com os passeios do Largo.

**3ª fase: Mercado das Flores - execução não prevista”.**

Santos indicou que, em decorrência da insuficiência dos recursos obtidos, a execução da terceira fase do projeto não seria executada “conforme já havia sido acordado em todas as reuniões onde o projeto foi apresentado (na hipótese da insuficiência de recursos) que somente a primeira e a segunda fases serão iniciadas imediatamente, tão logo se obtenha a necessária ordem de serviço para esse fim” (ibidem, fl. 633). Segundo o trabalho “Arouche: Vidas e lutas do Largo mais diverso de São Paulo”, “com a repercussão negativa da obra e a mobilização de atores como o Coletivo Arouchianos muitas empresas decidiram não realizar doações. Elas não queriam se vincular com a ideia de invisibilizar a comunidade LGBTQI+”. Este cenário levou a decisão de saída do escritório Triptyque do projeto em julho de 2019. Para a execução das duas primeiras fases seriam necessários 3,8 milhões de reais, dos quais R\$ 1,5 milhões destinariam-se para a reforma do Mercado de Flores, contudo somente R\$ 2,3 milhões foram arrecadados de empresas francesas<sup>19</sup> (ANGIOLILLO, 2020). Assim, a reforma do Mercado de Flores foi postergada para a terceira fase, sem data para ser iniciada.

Neste contexto, com um ano de atraso e redução no projeto, a Prefeitura anunciou no dia 24 de maio de 2019 o início da reforma do Largo, prevendo a entrega da primeira etapa em novembro de 2019 (ibidem). Durante o evento de início, o Prefeito Bruno Covas demonstrou um descompasso reafirmando a execução de equipamentos que, segundo o diretor da Associação Viva o

---

<sup>19</sup> A Prefeitura declarou o apoio de 28 entidades que contribuíram com doações de valores, bens e serviços: Câmara de Comércio França-Brasil, Carrefour, Leroy Merlin, Société Générale, Alstom, Saint Gobain, Renault, LVMH, Accor, BNPP – Paribas, Endered-Ticket, AXA, Air Liquide, Veritas, GPA, Air Bus, Pinheiro Neto, Triptyque, Interbrand, Cabrera, Chenut Advogados, SNEF, Estúdio Módulo de Arquitetura, Egis, Engie, Instituto Cidade em Movimento, SETEC e Readymake.

Centro, já teriam sido excluídos. Afirmou "vamos ter uma área para criança, uma horta comunitária, uma arquibancada para eventos culturais, toda uma requalificação respeitando as ações do tombamento em relação à parte geométrica aqui da praça que reproduz espaços de Paris" (ibidem).

### **TRAMA DE DISPUTAS: JUDICIALIZAÇÃO**

Em 7 de junho de 2019, o promotor Ivandil Dantas da Silva, responsável pelo caso, entrou com uma Ação Civil Pública (ACP), com liminar, face aos dados levantados, bem como ao início das obras, a fim de "inibir a lesão ao patrimônio histórico, cultural, urbanístico e arquitetônico, materializado pelo Largo do Arouche, ameaçado em razão de projeto de intervenção urbana ('requalificação') manejado pelo Município de São Paulo" (SP, fls. 1-2). Em síntese, a ACP lançou luz para o fato de que as ilegalidades da aprovação do projeto de requalificação vão além dos danos aos bens protegidos, avançando sobre o próprio processo administrativo envolvido, tendo em vista a desconsideração de pareceres técnicos amplamente fundamentados em nome de posicionamentos e de pessoas que não se adequavam ao cargo, bem como a agilização de processos, sem o devido aprofundamento necessário em discussões, face desejos políticos e privados (ibidem, fl. 6).

O MP declarou que "a paralisação do projeto de 'requalificação', com conseqüente reparação dos danos já causados, e a anulação dos atos administrativos que o autorizaram são medidas que se impõem" (ibidem, fl.7). A Ação requereu a tutela de urgência em relação à Municipalidade e ao Governo Estadual, obrigando a paralisação imediata de quaisquer obras de requalificação já iniciadas, bem como se abster de prosseguir em novas intervenções até o julgamento final da demanda (ibidem, fl. 28). O Estado manifestou-se pelo indeferimento do pedido de liminar, especialmente no que tange à suspensão do mencionado processo administrativo que tramitou no CONDEPHAAT, pois, segundo o Estado, "com a deliberação de aprovação do projeto, não há interesse para suspender um processo que já se encerrou" (ibidem, fl. 644). A Municipalidade, por sua vez, manifestou-se, contraditoriamente, dado o anúncio pela mesma do início das obras em maio de 2019, que a versão final do projeto ainda não havia sido apresentada, não tendo ocorrido a aprovação pelo Município e que o MP se precipitou ao ajuizar tal ação, também solicitando o indeferimento da tutela de urgência (ibidem).

Atendendo ao pedido do MP, a Juíza de direito Paula Micheletto Cometti endossou a necessidade de tutela provisória apontada e a deferiu, no dia 22 de julho de 2019, para "impedir imediatamente que a Municipalidade de São Paulo inicie ou dê continuidade às obras de requalificação do Largo do Arouche, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil e desfazimento forçado das obras", além de suspender os processos administrativos envolvidos na autorização da obra pelos órgãos CONPRESP e CONDEPHAAT (ibidem, fl. 648). Durante a paralisação das obras, em 29 de setembro de 2019, houve uma audiência pública no Largo mobilizada pela frente FPDAR com o tema "Como consolidar o Largo do Arouche como território LGBT", questionando o projeto de reforma a fim de "discutir no próprio espaço público, formas de reconhecimento do Estado, quanto a ocupação histórica LGBT+" bem como

“discutir a intervenção política/publicitária que invisibiliza a comunidade LGBT+ (por meio do projeto arquitetônico que está em execução)” e “colher sugestões humanizadas de políticas públicas para dar suporte e recuperar dignidade roubada de LGBT+ em situação de vulnerabilidade social/calçada, atormentadas pela dependência química e alcoolismo” (Chamamento do evento<sup>20</sup>).

Um novo projeto realizado pela empresa multinacional francesa de engenharia e consultoria Egis foi protocolado, cuja análise técnica coube novamente ao arquiteto Zagato, com a colaboração da arquiteta Rosane Piccolo (SP, fl. 791). Neste novo processo, Zagato manteve permanente diálogo com os interessados para os devidos ajustes do projeto (ibidem). Em geral (ibidem, fl. 792):

1. Suprimiu-se: quiosques, arquibancada, horta comunitária e equipamentos desportivos;
2. Remanejou-se os novos assentos para o passeio público, não mais sobre os canteiros ajardinados como outrora;
3. Manteve-se: antigas guias de granito no traçado existente, postes de iluminação da década de 1920 e massa arbórea existente;
4. Identificou-se oito postes em cada qual será instalada uma bandeira arco-íris, aludindo ao movimento LGBTQIA+, que serão instaladas ladeando o leito carroçável que hoje separam as duas quadras do Largo abrangidas pelo projeto;
5. Manteve-se a proposta de reforma do Mercado das Flores, prevista para etapa futura;
6. Acrescentou-se a troca do piso nas demais cinco quadras que compõem as sete totais do Largo, previstas para etapa futura;
7. Manteve-se a remoção dos antigos pisos de ladrilhos hidráulicos, substituindo-os pelo novo de concreto;
8. Propôs-se a preservação da área verde existente, com todos os exemplares arbóreos, sendo inseridas forrações;
9. Suprimiu-se o “jardim das estátuas”, tendo a proteção e manutenção das estátuas (que serão mantidas em seus locais originais), bustos e pedestais;
10. Manteve-se:
  - 9.1 Bancos e lixeiras em concreto, com acabamento em aço galvanizado e madeira ecológica;
  - 9.2 Paraciclo – Perfil em aço galvanizado para estacionamento de bicicletas;
  - 9.3 *Traffic Calming* – Via delimitada por balizadores em concreto revestidos de aço galvanizado para passagem controlada de automóveis. Via restrita e em nível com o passeio. Estacionamento no local do Mercado de Flores sinalizado com cartão azul;
  - 9.4 Luminárias – Novas luminárias fornecidas por ILUME, padrão prefeitura de São Paulo, com iluminação em Led, dispostas nos Boulevards alinhadas com as luminárias históricas de ferro.

Mediante tais alterações, o parecer foi favorável à aprovação e o Egrégio Colegiado aprovou, por unanimidade, o projeto substitutivo (ibidem, fl. 793-794). Em 21 de outubro de 2019, a juíza Paula Cometti autorizou a continuidade das obras seguindo exatamente o novo projeto protocolado, ressaltando que, não interessava manter uma obra pública paralisada (ibidem, fl. 812). À Folha de São Paulo, tanto Milton Santos, quanto Sérgio Jacomini,

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/events>>. Acesso em 12/04/2021.

contratado pela Associação Viva o Centro para gerenciar a obra, culparam a paralisação por consumir parte considerável dos recursos, prejudicando seu resultado (ANGIOLILLO, 2020). Para manter o canteiro, durante a paralisação de três meses das obras, estimam que houve um custo de R\$ 350 mil (15% do total arrecadado).

## RETOMADA DA OBRA: SALDOS E FRAGILIDADES

No que tange a obra, retomada em 23 de outubro de 2019, com previsão para ser concluída em dezembro do mesmo ano, somente foi entregue em março de 2020. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020, parte do Largo encontrou-se envolta por tapumes, a fim de se evitar interferências na obra, principalmente no carnaval, do qual o Largo é ponto tradicional para os blocos inseridos no imaginário LGBTQIA+. Durante as obras, em 30 de outubro de 2019 o livreto “Arouche – uma Fotobiografia”<sup>21</sup> fora lançado, retratando a atmosfera dos frequentadores deste circuito de sociabilidade. Entre as 90 fotos publicadas, há rostos, corpos e poses intercalados com depoimentos e textos assinados por coletivos, como Stronger e Arouchianos, que narram a história do Largo, bem como sua importância para o circuito LGBTQIA+. Dado o contexto da reforma e os entraves travados em torno dos interesses e demandas da comunidade LGBTQIA+ e o projeto em si, o lançamento do livro marca um posicionamento, segundo Zeca Caldeira, fotógrafo responsável pelos retratos: “esse trabalho funciona como um manifesto contra a tentativa de invisibilização desse público” (MAIA, 2019).

Julio Dojcsar, um dos coautores do livreto, acrescenta seu valor documental enquanto mostra “da resistência de pretos, pobres e periféricos que buscam o lugar para simplesmente ser” (ibidem). Segundo a matéria, “com o inventário de seus frequentadores publicado, o passo seguinte será pressionar o poder público pelo tombamento do largo como patrimônio imaterial LGBT, algo ainda inédito no Brasil”. Dentre os agentes inseridos na busca pelo reconhecimento patrimonial da sociabilidade LGBTQIA+ do territórios, Helcio Beuclair, e outros, como o Instituto Pólis e a REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial) planejam um dossiê com fatos históricos para evidenciar o Largo como espaço de resistência LGBTQIA+ (ibidem).

Inaugurada no início de março de 2020, “todas as controvérsias que cercaram a requalificação do Largo do Arouche foram enterradas pelo pavimento cinza que agora conforma os contornos da praça” (ANGIOLILLO, 2020). Nada ali evoca o boulevard francês pretendido. De fato, houve a repavimentação e nivelamento do passeio do Largo, bem como sua ligação ao calçamento do eixo do restaurante La Casserole, constituindo o “*traffic calm*”, com a instalação de balizadores e guarda-corpos. Conforme previsto no projeto, locais que antes eram feitos para paradas rápidas dos carros foram substituídos por vagas para estacionar em zona azul, ponto criticado pelos comerciantes do Mercado de Flores dada a diminuição da clientela “que ficaria

---

<sup>21</sup> Com recursos do ProAC (Programa de Ação Cultural de São Paulo), da secretaria de Cultura e Economia Criativa, idealização do coletivo Casadalapa e realização do Governo do Estado de São Paulo.

sem lugar para parar o carro” (Folha de São Paulo, 11/03/2020<sup>22</sup>). Os comerciantes criticam a ausência de área de carga e descarga para caminhões, além da inexistência de uma área de desembarque para o restaurante La Casserole e para os membros da Academia Paulista de Letras, além da não renovação do Mercado de Flores (ANGIOLILLO, 2020).

Houve a execução de cabeamento subterrâneo para a futura instalação de câmeras de segurança. Persistem os velhos paraciclos e lixeiras, bem como os pedestais quebrados de estátuas roubadas. O mobiliário novo se resume apenas a bancos, mas não aqueles projetados pelo Estúdio Módulo previstos no projeto. São bancos de concreto com assento ondulado, sem encosto, sendo uma adaptação atendendo aos pedidos de moradores (ibidem). Segundo Milton Santos e Jacomini, “o modelo escolhido evita que os bancos sejam usados para fazer sexo; (...) era preciso evitar que banco ‘virasse cama” (ibidem).

Para além das ausências do que havia sido proposto no memorial descritivo do projeto, em geral, a displicência no acabamento da obra mobilizou diversas críticas. Em visita após a entrega, a redação da Folha de São Paulo relatou que em alguns trechos, como em torno do piso tátil instalado para acessibilidade, o concreto assumia outro tom de cinza, não por desejo, mas por descuido, havendo pontos em que o material já se encontrava danificado e partido (ibidem).

Milson Santos, em entrevista à redação, revelou que foram mobilizados quase R\$ 2 milhões na pavimentação, jardinagem e passagem subterrânea de cabos e fios para a futura instalação de câmeras, consumindo praticamente 87% do orçamento arrecadado para a obra (ibidem). Tendo em vista todas as controvérsias da reforma referentes a interferência em um bem tombado, a luta pelo não apagamento da apropriação LGBTQIA+, projetos políticos eleitorais e desejos particulares, Santos revela o conflito de interesses entre os agentes envolvidos no projeto em tela que constitui uma verdadeira arena de disputa:

“é muito difícil, viu, fazer esse tipo de projeto quando você tem interagindo diversas entidades ao nível municipal e dentro da Prefeitura... Foi um projeto que me deixou realmente frustrado porque a gente fez um trabalho enorme, mas, infelizmente, encontramos resistências de todos os lados. (...) O visual que nós queríamos no projeto inicial da Triptyque é muito melhor, mas infelizmente ele não pôde ser implementado, não só pela não arrecadação dos recursos, mas também porque alguns itens o próprio CONDEPHAAT não aprovou” (ALBUQUERQUE et al, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do breve panorama em torno da proposta de transformação do Largo do Arouche, lendo-o inserido num circuito panorâmico de sociabilidade LGBTQIA+ em São Paulo, observa-se uma lacuna nas práticas de planejamento urbano em termos de instrumentos efetivos que mobilizam o pensamento e a gestão compartilhada sobre territórios identitários delimitados

---

<sup>22</sup> “Prefeitura de SP reabre largo do Arouche às vésperas de inauguração”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano>>. Acesso em 29/05/2021.

por subjetividades, garantindo seu reconhecimento em diversas esferas: seja de debate, proposição, compactuação e salvaguarda. A Administração Pública encontra-se diante de um desafio, no que tange a requalificação e preservação de um espaço público, de apropriação diuturna híbrida e pujante, cujos diferentes atores possuem diversas demandas, cada qual com suas próprias soluções.

Os processos de disputa decorrentes do projeto de requalificação em análise sinaliza para a necessidade de (co)gestão e (co)zeladoria das áreas centrais, questões mais ligadas a processos participativos de manutenção do que projetos de redesenho urbanístico-espacial. O movimento identitário resiste ao desejo de transformação colocado pelo Estado e por alguns comerciantes, ao acreditar que esse processo inibirá sua presença, popular, no Largo. Conclamam por zeladoria, manutenção, e visibilidade, não sendo um problema da materialidade formal do Largo, mas sim de políticas sociais.

Apesar do Arouche ter sido objeto de vários projetos de requalificação e efetivas transformações físicas, a grande demanda do movimento identitário é a manutenção e o reconhecimento de sua apropriação histórica. Apropriação essa marcada pelas diferentes vidas e classes sociais que circulam no espaço que é, majoritariamente, popular e híbrida *pari passu* a presença de estabelecimentos de sociabilidade de classe média-alta. Tal diversidade de ocupação poderia conviver bem, frente às demandas colocadas pelos respectivos agentes, se houvesse uma (co)gestão do território.

Os movimentos identitários organizados se valem, dentre outros instrumentos, do valor patrimonial da sociabilidade e dos modos de viver LGBTQIA+ para reivindicarem seu reconhecimento na cartografia oficial como um patrimônio imaterial da cidade e sua permanência nos territórios historicamente apropriados por eles. A diversidade sexual ainda não é tida como um tema a ser incorporado nas políticas públicas, “o que tem impedido o acesso a direitos sociais amplos, como memória e patrimônio cultural” (SCIFONI e BEUCLAIR, 2021, p.72).

As ações aqui reconstituídas sobre o Largo do Arouche evidenciam uma rede de cooperação e de disputas que se efetiva neste território a partir de laços mútuos e tramas de cooperação e resistência entre aqueles que se apropriam do espaço. Enquanto um território rico em multiplicidade de identidades e performances na área central de São Paulo, com seus próprios saberes, afetos, códigos, e práticas inseridos no circuito LGBTQIA+, o Largo do Arouche é *locus* de um patrimônio cultural ligado aos grupos sociais identitários que lutam por direitos de liberdade sexual e identidade de gênero que ainda não é oficialmente reconhecido. É por meio das redes de cooperação autogeridas que ele é afirmado e resiste.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Larissa; BOITO, Victória; MÕES, Luiza. “*Arouche: Vidas e lutas do Largo mais diverso de São Paulo*”. Trabalho de Conclusão de Curso.

Faculdade Cásper Líbero, 2020. Disponível em: <<https://largodoarouche.com.br/>>.

ANGIOLILLO, Francesca. Entregue em março, novo Arouche está longe da promessa e já tem danos. *Folha de S. Paulo*, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano>>. Acesso em 29/05/2021.

BERGAMO, Mônica. Grupo LGBT quer entrar com mandado de segurança contra reforma no Arouche. *Folha de S. Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas>>. Acesso em 14/04/2021.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. Editora Senac São Paulo, 2002

CLAESEN, Marcio. Bandeiras arco-íris não têm prazo para retornar ao Arouche. *Guia Gay São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias>>. Acesso em 14/04/2021.

DALMOLIN, Luana. Como funciona uma Wikipraça: um projeto que quer reinventar espaços públicos de forma colaborativa. *DRAFT*, 2015. Disponível em: <<https://www.projeto draft.com/wikipraca>>.

DIÓGENES, Juliana. Largo do Arouche, com roupa nova. *O Estado de S. Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias>>. Acesso em 15/04/2021.

\_\_\_\_\_. Bandeiras LGBT instaladas no Largo do Arouche serão permanentes. *O Estado de S. Paulo*, 2016. Disponível em:

<<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias>>. Acesso em 14/04/2021.

FELDMAN, Sarah. *Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. 1988. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

FIGUEIREDO, Patrícia; FLAMINGO, Julia. O projeto de revitalização do Largo do Arouche. *Veja São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades>>. Acesso em 13/04/2021.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 1999.

LORES, Raul Juste. Prefeitura recorre a consulados e a empresas estrangeiras para reformar pontos da cidade. *Folha de S. Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo>>. Acesso em 15/04/2021.

MAIA, Dhiego. Livro com anônimos do Arouche, em SP, vira marco para elevar largo ao patrimônio imaterial LGBT. *Folha de S. Paulo*, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano>>. Acesso em 14/04/2021.

MANSUIDO, Mariane. Revitalização do Arouche é debatida na Câmara. *TV Câmara*, 2017. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br>>. Acesso em 22/05/2021.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, C. M.; ROLNIK, R. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP, CEBRAP, CEM, 2004.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Matheus. Arredores do Largo do Arouche ganham nova vida. *Veja São Paulo*, 2019. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades>>. Acesso em 13/04/2021.

PUCCINELLI, Bruno. Como Encontrar um “Gueto Gay”: possibilidades analíticas de uma expressão controversa. *Gênero na Amazônia*. Belém, n. 6, 2014.

RIBEIRO, Bruno. Com mais 17 meses de gestão, Covas direciona obras para revitalizar centro. *O Estado de S. Paulo*, 2019. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias>>. Acesso em 19/05/2021.

SANT’ANNA, Marcia. *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*. SciELO-EDUFBA, 2017.

SÃO PAULO. Ação Civil Pública, processo nº 1029637-53.2019.8.26.0053, de 10/06/2019. Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, São Paulo, 2019.

SCIFONI, Simone; BEUCLAIR, Helcio. Largo do Arouche, São Paulo. Por um patrimônio LGBTQIAPD+ Nacional. In: NAKAMUTA, Adriana. *Arte, Cidade e Patrimônio: futuro e memória nas poéticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Automática Edições, 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). *Homossexualismo em São Paulo: e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2005.

TRINDADE, Welton. Cônsul francês sobre reforma da praça do Arouche: Identidade fica. *Guia Gay São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias>>. Acesso em 22/05/2021.